

## Novidades Legislativas

### Direito Administrativo

#### ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS: SIMPLIFICAÇÃO DO REGIME DE ACESSO E DE EXERCÍCIO DE DIVERSAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS NO ÂMBITO DA INICIATIVA “LICENCIAMENTO ZERO”

1. No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2010, de 12 de Novembro, e pelo artigo 147º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2011), foi publicado em 1 de Abril de 2011, no âmbito do programa *Simplex* e da iniciativa *Licenciamento Zero*, o **Decreto-Lei n.º 48/2011**, que vem aprovar **medidas de simplificação do processo de acesso e de exercício de diversos negócios**.
2. Com vista ao incentivo do empreendedorismo, o novo regime elimina as licenças, autorizações, vistorias e outras permissões necessárias à abertura e ao funcionamento de diversas actividades económicas, reduzindo burocracia e encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas.
3. Em contrapartida, reforça a fiscalização *a posteriori* e agrava a responsabilização dos empresários em caso de incumprimento das obrigações legais ou regulamentares.
4. Entre as **principais alterações** destacam-se as seguintes:
  - a. É criado um **novo regime simplificado para a instalação e a modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem**.
    - i. O licenciamento administrativo prévio destes estabelecimentos é substituído por uma **mera comunicação prévia** de todos os elementos necessários ao cumprimento dos requisitos legais.
    - ii. Esta mera comunicação prévia, dirigida ao presidente da Câmara Municipal respectiva e ao director-geral das Actividades Económicas,



Concurso Fotográfico SLCM | Rafael Lucas Pires

## Novidades Legislativas

### Direito Administrativo

será **obrigatoriamente efectuada num balcão único electrónico, sendo a informação partilhada por todas as autoridades com interesse relevante no seu conhecimento, nomeadamente, para efeitos de fiscalização ou de cadastro.**

- iii. **A mera comunicação prévia consiste numa declaração que permite ao interessado proceder imediatamente à abertura do estabelecimento, à exploração do armazém ou ao início de actividade, consoante os casos, após pagamento das taxas devidas.**
  - iv. Para além dos elementos necessários previstos no artigo 4º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 48/2011, **a comunicação prévia deverá conter a declaração do titular da exploração do estabelecimento de que tomou conhecimento das obrigações decorrentes da legislação identificada no referido decreto-lei, e de que as respeita integralmente.**
- b. É consagrado o princípio do balcão único electrónico – o **Balcão do Empreendedor**.
- i. Pretende-se que seja possível num só ponto/local cumprir todos os actos e formalidades necessárias para abrir diversos estabelecimentos, incluindo os meios de pagamento electrónico.
  - ii. **O Balcão do Empreendedor é criado pela Portaria n.º 131/2011, de 4 de Abril**, diploma que determina igualmente as funcionalidades mínimas do balcão, o modo de autenticação no balcão e as formas de acesso, **prevendo-se um acesso directo, via Internet no Portal da Empresa, e um acesso presencial**, mediado por um intermediário, que poderá estar disponível nas Lojas da Empresa, nos municípios ou em

outros balcões públicos ou privados.

- c. **São simplificados diversos licenciamentos habitualmente conexos com as actividades económicas abrangidas pelo diploma e fundamentais ao seu exercício**, concentrando-se eventuais obrigações de mera comunicação prévia no mesmo balcão electrónico supra referido. Estão em causa actos como:
  - i. Utilização privativa do domínio público municipal para determinados fins, tais como a instalação de um toldo, de um expositor ou de outro suporte informativo, a colocação de uma floreira ou de um contentor para resíduos;
  - ii. Horário de funcionamento, suas alterações e respectivo mapa; e
  - iii. Afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial.
- d. **É eliminado o regime de licenciamento de exercício de actividades económicas tais como a venda de bilhetes para espectáculos públicos em estabelecimentos comerciais e o exercício da actividade de realização de leilões em lugares públicos** que não necessitam de qualquer controlo prévio (seja através de licença ou de comunicação no Balcão do Empreendedor).
- e. A iniciativa «Licenciamento Zero» tem como contrapartida uma **maior responsabilização dos agentes económicos abrangidos nas actividades em causa**, designadamente pelo cumprimento das regras aplicáveis aos seus estabelecimentos. Assim:
  - i. **Reforça-se a fiscalização dos estabelecimentos**, cabendo a mesma à ASAE, sem prejuízo das competências próprias dos municípios, no âmbito do RJUE e da tutela do espaço público, e das competências das demais entidades nos termos da lei;
  - ii. **Sem prejuízo da eventual punição pela prática de crime de falsas declarações, agrava-se o regime sancionatório:**
    1. **Elevam-se os montantes das coimas**, cujos montantes poderão variar entre €30 e €3.500 ou entre €100 e €25.000, consoante se trate, respectivamente, de pessoas singulares ou colectivas.
    2. **A negligência é sempre punível nos termos gerais.**
    3. Em função da gravidade da infracção e da culpa do agente económico, **prevê-se, em simultâneo com a coima, a aplicação de sanções acessórias** de encerramento do estabelecimento e de interdição do exercício da actividade, pela duração máxima de dois anos.
5. **O Decreto-Lei n.º 48/2011 e a Portaria n.º 131/2011 entrarão em vigor no próximo dia 2 de Maio.**
6. Quanto à **produção de efeitos**, a Portaria n.º 131/2011, de 4 de Abril, estabelece que **o Decreto-Lei n.º 48/2011 produzirá efeitos de forma faseada**. Assim, “a produção faseada de efeitos do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, **começará por uma fase experimental, limitada a alguns municípios e aos estabelecimentos e actividades de restauração ou de bebidas**. Esta fase experimental durará até ao final de 2011. Após o termo da fase experimental,

# Novidades Legislativas

## Direito Administrativo

municípios podem aderir livremente a esta iniciativa, devendo essa adesão estar concluída até ao dia 2 de Maio de 2012, data em que o regime do «Licenciamento zero» se aplicará integralmente em todo o território do continente”.

### 7. Altera:

- a. Os artigos 1º, 2º e 4º da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto;
- b. Os artigos 1º, 35º, 36º e 47º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro.

### 8. Adita:

- a. Os artigos 3º-A e 10º-A à Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto.

### 9. Revoga:

- a. A alínea d) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio;
- b. O Decreto-Lei n.º 339/85, de 21 de Agosto;
- c. O n.º 1 do artigo 5.º e o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio;
- d. O Decreto-Lei n.º 462/99, de 5 de Novembro;
- e. A Portaria n.º 1024-A/99, de 19 de Novembro;
- f. O n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro;
- g. A alínea i) do artigo 1.º, o n.º 2 do artigo 35.º, os artigos 37.º e 41.º e as alíneas j) e m) do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro;
- h. A Portaria n.º 144/2003, de 14 de Fevereiro;
- i. O Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de Junho;
- j. Os artigos 1.º a 12.º e 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17 de Julho;
- k. A portaria n.º 573/2007, de 17 de Julho (2.ª série);
- l. A Portaria n.º 789/2007, de 23 de Julho;
- m. A Portaria n.º 790/2007, de 23 de Julho;
- n. A Portaria n.º 791/2007, de 23 de Julho;
- o. O Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de Novembro.

Ana Sofia Simões

Contactos:  
Martim Anahory [ma@slcm.pt](mailto:ma@slcm.pt)  
Ana Sofia Simões [as@slcm.pt](mailto:as@slcm.pt)

SERRA LOPES, CORTES MARTINS  
 ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

Rua General Firmino Miguel, nº 3 Torre 2 - 12º A e B  
1600 -100 Lisboa Portugal  
Tel: +351 21 723 40 00 - Telefax: +351 21723 40 29 - e-mail: [slcm@slcm.pt](mailto:slcm@slcm.pt)

[www.slcm.pt](http://www.slcm.pt)

#### Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário • Fusões & Aquisições • Private Equity • Direito Bancário e Financeiro • Mercado de Capitais • Direito Fiscal e Contencioso Tributário • Direito Laboral • Direito Comunitário e da Concorrência • Direito dos Seguros • Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo • Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação • Direito Marítimo e Aéreo • Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas • Planeamento e Urbanismo • Imobiliário e Construção • Energia e Ambiente • Contencioso, Arbitragem e Mediação